

CURSO PÓS-GRADUADO EM DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Direito Internacional e Europeu, Direito nacional e Concorrência

Coordenadores gerais: Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira e Professora
Doutora Maria João Estorninho

Coordenadores: Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues, Professora Doutora Ana
Gouveia Martins e Professora Doutora Alexandra Leitão

De 7 de outubro de 2025 a 22 de janeiro de 2026

I Módulo

Direito Internacional e Direito da União Europeia

1.^a sessão

Apresentação do curso

2.^a sessão

Direito da União Europeia e aplicação das regras relativas à contratação pública

3.^a sessão

Direito da União Europeia originário e contratação pública. Em especial os princípios da concorrência, da publicidade e da transparência, da igualdade de tratamento e da não-discriminação

4.^a sessão

Contratação Pública e organizações internacionais (MDB - Multilateral Development Banks)

5.^a sessão

A Organização Mundial do Comércio e a contratação pública

6.^a sessão

O Acordo sobre Contratos Públicos

7.^a sessão

Acordos comerciais preferenciais e contratação pública. O acesso de países terceiros à contratação pública na União Europeia e políticas de reciprocidade

II Módulo

Direito Administrativo dos Contratos Públicos

8.^a sessão

Âmbito aplicativo do regime da contratação pública:

- a) As “entidades adjudicantes”: três categorias de entidades adjudicantes para três níveis de intensidade dos regimes de contratação pública aplicáveis**
- b) Os contratos abrangidos: “contratos públicos”, identificados a partir do interesse concorrencial das respetivas prestações**
- c) Os contratos excluídos da Parte II do CCP: artigos 4.º, 5º, e (em parte) 6.º-A.**
- d) O regime da “contratação excluída” do artigo 5.º-B.**

9.^a sessão

A contratação excluída (cont.) - As exclusões relacionadas com a contratação interadministrativa (em particular, a contratação in-house e a cooperação entre entidades públicas)

10.^a sessão

A preparação dos procedimentos: o anúncio de pré-informação ou anúncio periódico indicativo, a consulta preliminar ao mercado, a decisão de contratar, as medidas tendentes a identificar e impedir os conflitos de interesses e o júri do procedimento, serviços da entidade adjudicante e peritos.

11. ^a sessão

A decisão de adjudicação em lotes. A decisão de escolha do procedimento e os critérios de escolha: critérios relativos ao valor do contrato, breve referência aos critérios materiais (remissão) e outros critérios especiais. Em

especial, a contratação de prestações do mesmo tipo em diferentes procedimentos e os contratos mistos.

12.^a sessão

Peças do procedimento. Parâmetros base e aspectos da execução do contrato não submetidos à concorrência mediante a fixação de limites máximos e mínimos. O regime do preço base e do preço ou custo anormalmente baixo.

13.^a sessão

Regime dos esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais. Regime dos erros e omissões e responsabilidade do cocontratante. A sanção da nulidade do caderno de encargos do contrato de empreitada de obras públicas.

14.^a sessão

A candidatura e a proposta: aspetos materiais e formais. O documento europeu único de contratação pública. Catálogos eletrónicos. Impedimentos e causas de relevação dos impedimentos.

15.^a sessão

Critério de adjudicação, fatores e subfactores de densificação e avaliação de propostas.

16.^a sessão

Causas de exclusão das propostas: materiais e formais.

17.^a sessão

Causas de exclusão das propostas: materiais e formais (continuação). Regime de esclarecimentos e suprimento de irregularidades das propostas e candidaturas: formalidades não essenciais e erros evidentes.

18.^a sessão

A contratação estratégica: a sustentabilidade ambiental.

19.^a sessão

Notificação da adjudicação. Anúncio da adjudicação. Anúncio voluntário de transparência. Habilitação. Caução. Celebração do contrato.

20.^a sessão

A contratação estratégica e seus reflexos. A inclusão de critérios sociais na contratação pública. Contratos reservados e promoção da economia local.

21.^a sessão

Governança Administrativa e contratação pública

22.^a sessão

O procedimento de consulta prévia e o ajuste direto: critérios de escolha em função do valor do contrato e critérios materiais. Os critérios de escolha especiais em função do tipo de contrato e entidade adjudicante.

23.^a sessão

O procedimento de consulta prévia e o ajuste direto: regime procedimental

24.^a sessão

O concurso público: critérios de escolha e regime procedimental. A eventual fase de negociação e o concurso público urgente.

25.^a sessão

O concurso limitado. Os modelos de avaliação da capacidade técnica e/ou financeira. O aproveitamento da capacidade de terceiros. Tramitação.

26.^a sessão

O procedimento de parceria para a inovação. Delimitação face ao procedimento de negociação e diálogo concorrencial e regime procedimental. Os contratos com forte componente de inovação. Procedimentos pré-contratuais de contratos públicos de serviços sociais e de outros serviços específicos

27.^a sessão

Sistemas de aquisição dinâmicos. Acordos-quadro e compras vinculadas.

28.^a sessão

As medidas especiais de contratação pública.

29.^a sessão

Contratação pública no setor da defesa no Direito da União Europeia

30.^a sessão

O gestor do contrato.

31.^a sessão

Decisão de não adjudicação. Caducidade da adjudicação.

32.^a sessão

A modificação objetiva dos contratos: regime geral

33.^a sessão

A modificação fundada na necessidade de trabalhos e prestações complementares

34.^a sessão

Âmbito de aplicação do regime substantivo da Parte III do CCP. A utilização do contrato administrativo. Poderes de conformação contratual.

35.^a sessão

Invalidade e ineficácia dos contratos públicos

36.^a sessão

Cessão da posição contratual, subcontratação e outras formas de transmissão das obrigações contratuais

37.^a sessão

Extinção dos contratos

38.^a sessão

Cumprimento e Incumprimento dos contratos

39.^a sessão

Poder sancionatório: a previsão e aplicação de sanções

40.^a sessão

O regime dos contratos de concessão

41.^a sessão

Arbitragem, Regulação, governação e regime sancionatório da contratação pública

42.^a sessão

Contencioso pré-contratual

43.^a sessão

Contencioso contratual

III módulo

Direito da União Europeia, Económico e Financeiro

44.^a sessão

Decisão de contratar e decisão financeira

45.^a sessão

Contratação Pública e endividamento público

46.^a sessão

A articulação entre a contratação pública e o direito da concorrência

47.^a sessão

A regulação na contratação, plataformas e as orientações técnicas do IMPIC

48.^a sessão

**Conceito e enquadramento orçamental e contabilístico das Parcerias
Público-Privadas e Parcerias Público-Públicas**

49.^a sessão

**Parcerias público-privadas: em particular a modificação e distribuição do
risco nas Parcerias Público-Privadas**

50.^a sessão

**Parcerias público-privadas: em particular o reequilíbrio Financeiro nas
Parcerias Público-Privadas e nas Parcerias Público- Públicas**

51.^a sessão

O papel do Tribunal de Contas na Fiscalização dos Contratos Públicos

52.^a sessão

Fiscalização prévia do Tribunal de Contas e Contratação Pública

53.^a sessão

A prevenção da corrupção na contratação pública

Ficam ressalvadas eventuais alterações ao programa.

Podem ser remarcadas aulas às segundas e quartas no mesmo horário.

Informações:

O Curso realiza-se no período de 7 de outubro de 2025 a 22 de janeiro de 2025, às 3.^{as} e 5.^{as} feiras, das 18h00 às 19h30 (1.^a sessão) e das 19h45 às 21h00 (2.^a sessão).

Local: O curso é lecionado exclusivamente online, através da plataforma Zoom.

Propina: 1.500,00€ (Integral ou pagos em 3 prestações, sendo a primeira paga no ato de inscrição).

- Redução de 10% no valor total do curso para quem efetuar o pagamento integral no ato da inscrição.
- Redução de 10% para ex-alunos do ICJP, do IE, e do IDEFF.
- Redução de 10% para inscrições de grupo (instituições que inscrevam 3 pessoas ou mais).

Nota: os descontos não são cumulativos

Prazo de inscrições: até ao dia 3 de outubro de 2025

Avaliação: Apresentação de um trabalho escrito final sobre um tema ou subtema do Curso, de acordo com as regras definidas no Regulamento do curso (vide Regulamento).

Informações: Instituto Europeu, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, IDEFF.

Inscrições:

Dra. Joana Silva

Telefone: 217 933 250

E-mail: institutoeuropeu@fd.ulisboa.pt www.facebook.com/institutoeuropeu.fdul
www.institutoeuropeu.eu

Pedidos de informação Contactos:

Dra. Joana Silva

Telefone: 217 933 250

E-mail: institutoeuropeu@fd.ulisboa.pt www.facebook.com/institutoeuropeu.fdul



www.institutoeuropeu.eu

Com o apoio do Programa Erasmus+ - Jean Monnet